

O Ministério da Educação e a pluralidade cultural

O Ministério da Educação acaba de divulgar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), princípios que norteiam o currículo das escolas brasileiras. A idéia central é que a educação fundamental os contenha e se oriente por valores e por uma visão do mundo voltada para a cidadania, para a justiça social, para o reconhecimento e a apreciação da diversidade cultural, para os direitos humanos, para a participação de todos nas decisões públicas e coletivas.

Afirmar o direito à diferença e à identidade é um imperativo da luta pela dignidade

É certo que grandes mudanças na situação social e econômica brasileira só podem ser obtidas por um conjunto complexo de políticas públicas, mas o preparo de cidadãos voltados para objetivos éticos, munidos de conhecimentos científicos, tecnológicos, de análise da sociedade, é uma tarefa educacional que deve começar desde a infância, num aprendizado de uma forma de viver.

Entre os muitos temas e documentos que compõem os PCNs, o que diz respeito à pluralidade cultural é especialmente inovador. Apresenta uma noção afirmativa da diversidade cultural, como riqueza humana a ser explorada, fonte de conhecimento e denso material a ser usado nas escolas em praticamente todas as disciplinas. O tema da diversidade não é reduzido à crítica ao preconceito, à discriminação e ao racismo, o que também deve ser feito e se inclui no documento. Há, principalmente, uma valorização construtiva da multiplicidade de povos, culturas e tradições existentes no Brasil, ainda não suficientemente conhecidos e estudados no sistema escolar do País, muitas vezes nem sequer reconhecidos.

É extremamente difícil dizer um texto conciso de análise e recomendações sobre as várias formas de discriminação e racismo, a relação estreita e insuficientemente estudada entre desigualdade social e discriminação e o direito à diferença. Trata-se de temas complexos, que levantam muitas emoções, os quais raramente são examinados objetivamente e de forma qualificada. No entanto, é necessário o esforço de explicar e incluir essa dimensão no conteúdo e nos objetivos do ensino fundamental.

Afirmar o direito à diferença e à identidade é um dos mais importantes imperativos da luta pela dignidade humana. Trata-se de um direito tão fundamental quanto o direito à igualdade de oportunidades socioeconômicas — mas diverso e, muitas vezes, de caráter coletivo. No sistema educacional é importante transmitir a história da conquista desse direito pela humanidade (uma conquista ainda em processo, muito mais teórica do que efetiva, como, infelizmente, o mostram os múltiplos conflitos étnicos e guerras do mundo atual), sua evolução na legisla-

ção internacional, o que representam as convenções internacionais, como a Convenção 169 de Genebra, da Organização Internacional do Trabalho, tão importante para os direitos indígenas, como se pode dar a defesa de minorias, de etnias, de contingentes de migrantes, dos negros.

Uma das propostas do documento é o combate à idéia de uniformização inevitável e necessária da sociedade brasileira, reduzindo-a a uma única língua, a uma religião, a um modo de ser. Num país de multiplicidade étnica e cultural, com metade da população de origem pelo menos parcialmente não europeia (africana, indígena, asiática ou outra), a uniformidade porventura existente deve ser explicada como resultado de um processo colonial e escravocrata, autoritário, do massacre e trituração dos povos.

Sabemos que o Brasil está muito longe de ser uma democracia racial. Cerca de 44% da população brasileira tem origem africana e se encontra em posição socioeconômica desfavorecida. Os que nos censos se declaram pardos e negros têm rendimentos sensivelmente inferiores aos dos outros, para um mesmo nível educacional — calcula-se que ganhem aproximadamente 80% do que ganham os brancos (Pnud). Também sofrem grandes desvantagens no acesso às oportunidades educacionais e à política — basta pensar em como há poucos negros no Congresso Nacional ou ensinando nas universidades. Até mesmo os dados sobre preconceito, discriminação e racismo são muito precários. Nosso país nem se-

quer reconhece o seu racismo.

Infelizmente, a homogeneidade de como meta — e como mito — ainda é uma idéia bastante corrente. Assim, incluir no currículo escolar elementos para construir paulatinamente um quadro sociológico verdadeiro do que é o Brasil, nos aspectos de cultura indígena, história e cultura de origem africana no País, história da escravidão, vida dos imigrantes e muitos outros, amplamente apontados no documento, é fundamental para mudar atitudes preconceituosas, transmitindo às crianças conhecimentos que permitam uma crença arraigada na liberdade, no respeito à alteridade, na tolerância, na apreciação de tradições e valores alheios.

O vasto repertório brasileiro de línguas, valores, culturas — para quem souber enxergar — é, além do mais, motivo de estímulo à investigação e ao conhecimento, alimento para a imaginação e para a curiosidade tanto de crianças como de adultos. A conhecida educadora Emília Ferreiro tem insistido no valor das diferenças culturais, do multilinguismo, até de variações dialetais e de fala como uma riqueza, como estímulo ao conhecimento e ao aprendizado nas escolas, ao contrário do que durante muito tempo se defendeu no ensino público, com a noção de que é a homogeneidade de que facilita o conhecimento.

O Brasil conta — e muitas vezes passa ao largo e os ignora com um imaginário e uma tradição tão vastos quanto os dos mitos gregos, forma de pensar antiga, mas contemporânea nossa, presente em cerca de 200 povos indígenas distintos, e mais, nos muitos grupos urbanos ou rurais que vivem plenamente a tradição africana, sobre a qual

já há tanta documentação e registros escritos (muitas vezes apenas em língua estrangeira, como alguns dos livros de Pierre Verger ou os de Lydia Cabrera) que poderiam ser usados nas escolas brasileiras. Livros e autobiografias de personalidades marcantes, como Marcos Tereza, as senadoras Benedita da Silva e Marina Silva e muitos outros que se contrapõem à corrente da uniformização, poderiam ser lidos com proveito nas escolas, como exemplo de novos caminhos para a negritude, a afirmação étnica, os direitos dos povos da floresta.

Ainda quanto aos objetivos e conteúdos para promover uma idéia plural da sociedade e combater preconceitos, as informações sobre religiões deveriam ser amplas e variadas no ensino fundamental, mas não como ensino religioso, e sim como parte dos conhecimentos sobre cultura, história, geografia, literatura, artes. O documento — a meu ver, com toda a razão — insiste no caráter laico do Estado e na necessidade da laicidade do ensino público como forma de garantir a liberdade de escolhas e valores. No Brasil, é importante incluir informações qualificadas sobre as religiões africanas e suas transformações, vividas por um contingente tão grande da população, assim como sobre outras religiões, mesmo que minoritárias, como islamismo, judaísmo, budismo, etc. São conteúdos ricos para disciplinas como História, Arte, Língua Portuguesa, que deveriam ser apresentados como as possibilidades infinitas da imaginação e das crenças humanas, assim como o são os mitos indígenas ou gregos. Falar dos orixás nas escolas, por exemplo, é abrir para uma parcela da população o reconhecimento social de suas tradições e, ao mesmo tempo, abrir para todos a possibilidade de discutir uma literatura oral densa. Alguns temas religiosos podem ser mais difíceis de tratar, como as religiões fundamentalistas, mas saber em que consistem e as condições históricas do seu aparecimento é um passo para a tolerância e o respeito mútuo.

A pluralidade cultural seja vista como um fato, como um direito, como um patrimônio da humanidade, como uma forma de afirmação social e da cidadania, como um modo de reconhecer a dignidade dos vários grupos que a representam, reforçando e estimulando, ao lhes dar espaço social, sua participação na sociedade mais ampla. Evita-se, nessa perspectiva, o risco de ver a pluralidade cultural como uma curiosidade, um folclore, algo que é excessivamente marginal ao padrão uniforme e, portanto, tende a ser desprezado.



■ Betty Mindlin, coordenadora do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da USP, é autora de *Moqueca de Maridos* (Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997), entre outros livros